

## **A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas**

Adriana D'Agostini\*

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objeto de estudo a educação do campo. Objetiva-se analisar e debater a educação do campo no contexto educacional brasileiro, indicando seu caráter e sua importância a partir da década de 1990 na perspectiva de construção de uma educação voltada à emancipação humana e que contraditoriamente se encontra orientada e respaldada também pelas políticas educacionais neoliberais. A partir dos estudos das produções sobre educação do campo constaram-se desafios, problemáticas, dificuldades e contradições que permeiam a tentativa de construção de uma perspectiva de educação do campo. O conceito de educação do campo foi desenvolvido inicialmente no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais do campo que, a partir da pressão política e das reivindicações para que o estado assumisse a educação pública no/do campo, tomou a dimensão de política pública. Essa conjuntura complexa orienta atualmente as escolas do campo que, numa perspectiva crítica, buscam uma educação para além do capital.

**Palavras-chave:** educação brasileira; educação do campo, política educacional.

### **Rural education in brazilian education: contradictions and perspective**

#### **Abstract**

This work focuses on the rural education. It aimed to analyze and discuss the rural education in the Brazilian educational context, indicating its character and its importance from the 1990s in the perspective of building an education aimed at human emancipation and that contradictory it is also supported and guided by neoliberal educational policies. From the studies of production on rural education was found challenges, problems, difficulties and contradictions that permeate the attempt to create a perspective of rural education. The concept of rural education was initially developed within the Movement of Landless Workers (MST) and other social movements from the political pressure and demands for the state to take over public education / field took dimension of public policy. This complex situation currently directs rural schools, a critical perspective that seeks an education beyond the capital.

**Keywords:** brazilian education; rural education; educational policy.

\* Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Adriana D'Agostini

## Introdução

O presente trabalho tem por objeto a educação do campo, no sentido de localizá-la no contexto educacional brasileiro, reconhecer e salientar a importância e a necessidade de sua contribuição para a construção de uma educação voltada para a emancipação humana. Considerando que esse movimento se dá por contradições, ao mesmo tempo em que busca uma alternativa emancipatória esbarra na concretização das políticas públicas, ou seja, na contradição entre movimentos de lutas sociais e estado.

Por educação compartilhamos da concepção teorizada por Saviani (2007), que acredita ser a forma de produzir em cada indivíduo singular a humanidade produzida historicamente pelo conjunto dos homens. O homem não nasce humanizado, ele se torna humanizado no convívio e nas relações com os outros e esta relação inclui a escola e a educação sistematizada para a apropriação dos bens materiais e não materiais produzidos por cada geração. Salientamos a necessidade de uma educação de classe por entender que no atual modelo de produção da vida há uma negação do conhecimento à classe trabalhadora, impedindo assim o avanço da luta de classes por falta dos elementos necessários para pensar e compreender a realidade atual. A partir dos estudos das produções sobre educação do campo constataram desafios, problemáticas, dificuldades e contradições que permeiam a tentativa de construção de uma perspectiva de educação do campo. O conceito de educação do campo foi desenvolvido inicialmente no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais movimentos sociais do campo que, a partir da pressão política e das reivindicações para que o estado assumisse a educação pública no/do campo tomou, a dimensão de política pública.

Esta pesquisa delimitou-se a investigar o lugar que a educação do campo ocupa no contexto educacional brasileiro, principalmente da década de 1990 até o presente momento, de crise mundial do capital, que acirra as contradições na luta de classes. O problema científico é: como se situa a educação do campo no contexto educacional brasileiro a partir das políticas públicas para a educação e das ideias pedagógicas?

Localizado e delimitado o problema, que para tal exigiu uma primeira aproximação com os documentos, produções teóricas e dados da realidade, identificamos também que por seus princípios e bases, mesmo que contraditórios, da década de 1990 até os dias atuais, a educação do campo é uma concepção educacional que se caracteriza como uma educação diferenciada por apresentar elementos de confronto e denúncia à lógica educacional do capital, porém se subordina a ela através de sua materialização nas políticas públicas.

No entanto, esta educação de resistência apresenta contradições inerentes a uma educação que se quer emancipadora dentro de um contexto capitalista, principalmente através da relação capital e trabalho, trabalho e educa-

ção. Essas contradições são frutos da realidade da luta de classes num momento histórico de profunda desagregação da esquerda, com a cooptação e intimidação dos setores fundados em uma perspectiva confrontacional, ocasionada pela crise estrutural do capital. Sua expressão é identificada nas fragilidades internas da política, nas políticas de consenso, dentre outras. Dessas contradições, identificamos ainda que a negação da teoria (MORAES, 2003) permite desvios da prática política e educativa, e que, portanto, para a materialização da educação do campo em sua plenitude é fundamental o desenvolvimento e apropriação de uma consistente base teórica que permita a apreensão da realidade complexa e contraditória.

A problemática foi constatada a partir da análise da situação educacional brasileira, da realidade das escolas do campo, das reivindicações dos movimentos de lutas sociais do campo, além dos balanços da produção do conhecimento sobre a educação do campo. O processo metodológico orientou-se a partir do problema científico, partindo da análise crítica dos dados da realidade educacional brasileira; das ideias pedagógicas; e da ação, da pressão política e da construção da concepção da educação do campo. O estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica e documental.

### **Educação do campo: projetos em disputa**

O momento atual é propício para avanços nos estudos deste objeto de investigação e especialmente para teorizar sobre a educação do campo, pois ao mesmo tempo em que a conjuntura apresenta maior complexidade para a atuação dos movimentos de luta social, o campo está voltado ao debate político, mesmo que a possibilidade de realização da reforma agrária não seja priorizada no cenário político. Na atualidade o campo reassume centralidade na disputa de projetos políticos e de desenvolvimento do país, tendo como concepção de desenvolvimento dominante o agronegócio, e como contraponto a ação de movimentos de lutas sociais que reivindicam a reforma agrária, sendo o MST o de maior expressão e clareza política.

Para compreender a expressão da luta de classes no campo e seus respectivos projetos políticos faz-se necessário definir agronegócio. Stédile (2007), organizador da coletânea *A questão agrária no Brasil*, define agronegócio como a articulação entre as empresas transnacionais (que são parte do capital internacional e financeiro que domina a agricultura no Brasil) e os grandes proprietários de terra (os chamados fazendeiros modernos, ou latifundiários). O agronegócio, também chamado de *agrobusiness*, é o conjunto de negócios nacionais e internacionais relacionados à agricultura em grande escala para exportação baseada na monocultura. O agronegócio é o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo, que pela forma que toma, exige cada vez mais uma ampliação de mercado, que vai desde o latifúndio (a mecanização/modernização, os insumos agrícolas, as empresas de manufaturas, os portos e demais

**Adriana D'Agostini**

meios de transportes para o escoamento da produção) às empreiteiras, abrangendo também a movimentação do capital financeiro e especulativo.

A partir desse contexto econômico, social e político a aristocracia rural brasileira defende o projeto neoliberal e seus ajustes estruturais – com sua política para educação rural, ou literalmente, com o esforço político que o governo está realizando para transformar a educação dos camponeses e trabalhadores rurais em políticas focais e afirmativas, com desvios teóricos e tentativas de cooptação dos movimentos. O que vem acontecendo, em grande parte, na atual conjuntura política, é a apropriação indevida, por parte do estado, de termos e discursos construídos pelos movimentos de lutas sociais que confunde, ilude e desmobiliza a massa dos trabalhadores rurais.

Concordamos com Caldart (2004) que o desafio imposto hoje aos sujeitos da educação do campo é o da práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para conseguir dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui.

Para tanto, buscamos identificar os nexos e as contradições presentes na materialização dos princípios que regem a concepção de educação do campo considerando a luta de classes que se expressa no confronto de projetos antagônicos para o seu desenvolvimento. Aponta-se, então, como possibilidade de superação o aprofundamento/retomada e atualização dos clássicos que produziram prática e teoricamente experiências educacionais comprometidas com a formação cultural da classe trabalhadora.

As reformas educacionais desencadeadas na década de 1990 estão baseadas na ideia de alívio à pobreza, de inclusão social através do respeito à diversidade cultural e local efetivada por políticas focais e afirmativas, como constatado por Leher (2002) e Melo (2004). É nesse contexto que se localiza o reconhecimento e a adoção de medidas concretas sobre a educação do campo, pois a partir da luta, da pressão e reivindicação dos movimentos de lutas sociais foram aceitas e estão em implementação pelo Estado, ainda que com muitas contradições, desvios e cooptação. Esta disputa de forças políticas pode ser constatada, por exemplo, na aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, resolução CNE/CEB 1-2002, que resultou de pressões dos movimentos de lutas sociais do campo perante ao estado e seus governos. E posteriormente é visível a pulverização de concepções e programas que incluem a educação do campo e que aos poucos a torna homogênea na aparência e na visibilidade social pela via da construção do consenso.

A educação do campo pode ser uma estratégia útil tanto para os movimentos de lutas sociais como para o estado. Para a compreensão do desenvolvimento lógico e histórico desta afirmação faz-se necessário apontar pelo menos duas formas distintas, mas não excludentes, de entender a educação do

**A educação do campo na educação brasileira:  
contradições e perspectivas**

campo. A primeira está pautada na construção do movimento por uma educação do campo, assim definida:

O propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada ao interesse e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a exploração e a expropriação, ou seja, este **do** campo tem o sentido do pluralismo das ideias e das concepções pedagógicas: diz respeito à identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira (conforme os artigos 206 e 216 da nossa Constituição). (KOLLING; NERY; CASTAGNA, 1999, p. 28-29, grifo no original)

Um dos traços fundamentais da constituição do movimento por uma educação do campo, e também para sua conceituação,

[...] é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. **No**: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; **Do**: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2002, p. 26, grifos no original)

A síntese de Saviani (2008), inclusa em seu “glossário pedagógico”, apresenta a terminologia “pedagogia do campo” com a seguinte definição:

Pedagogia do campo é uma expressão que se manifesta no contexto do movimento denominado *educação básica do campo*. Esse movimento visa a mobilizar os habitantes do meio rural para obter a implementação de políticas sociais voltadas não apenas para assegurar o direito à educação da população rural, mas também para a reflexão e elaboração teórica de princípios político-pedagógicos articulados às práticas educativas desenvolvidas no interior das lutas sociais levadas a efeito pelos povos do campo. [...] (SAVIANI, 2008, p. 172)

A segunda forma de compreender a educação do campo busca uma fundamentação teórica e um posicionamento político, com o qual corroboramos, e pode ser apreendido na elaboração de Vendramini (2008):

[...] a educação do campo deve ser considerada como uma particularidade do universal. Para compreendê-la, precisamos usar o recurso dialético, com base na cone-

**Adriana D'Agostini**

xão entre o geral, o específico e o particular. [...] Consideramos que a educação do campo é uma abstração se não for considerada no contexto em que é desenvolvida, nas relações que a suportam e, especialmente, se não for compreendida no âmbito da luta de classes, que se expressa no campo e na cidade. [...] Consideramos que a defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras do campo que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. (VENDRAMINI, 2008, p. 4-10)

Dessa forma, visamos uma educação do campo capaz de ler a realidade e identificar os confrontos e disputas externos e internos de projetos para o campo e para a educação dos seus trabalhadores.

Portanto, a educação do campo na perspectiva dos seus movimentos de lutas sociais é uma estratégia para garantir inicialmente acesso à educação, mas fundamentalmente para a universalização<sup>1</sup> de uma educação de classe na perspectiva da emancipação humana, contrapondo-se à posição conservadora de educação defendida pelo estado e pela aristocracia rural para a reprodução social do capital. Já na perspectiva do estado, a educação do campo tem sido mais uma das táticas para atingir as metas estabelecidas que atribuem ênfase à Educação Básica destinada à maioria da população e que privilegia o desenvolvimento de aptidões ou competências assentadas no aprendizado do cálculo, da leitura e da escrita, instrumentalizando minimamente os indivíduos para que sejam “incluídos” na organização produtiva no tempo e do modo necessário para a sobrevivência do sistema social do capital. Na maioria dos documentos do estado acerca da educação do campo, identifica-se sua orientação no conjunto das políticas focais e fragmentárias próprias do estado em sua fase neoliberal, cuja função básica é facilmente identificável com as recomendações dos organismos internacionais: educação como segurança e como meio de alívio da pobreza.

### **A relação entre as ideias pedagógicas no Brasil e a educação do campo**

A partir do estudo das tendências pedagógicas no Brasil, localizamos a educação do campo como um movimento educacional específico que nas últimas duas décadas tem apontado a defesa e a possibilidade de construção de projeto popular para o Brasil. Teoricamente faz uma síntese do desenvolvimento das teorias pedagógicas que se contrapõem à educação do capital, apesar de todas as contradições e dificuldades para a materialização de sua proposta educativa. A educação no campo também tem realizado uma prática concreta em prefeituras, governo, movimentos sociais do campo e em áreas de reforma agrária, que podem ser constatadas na orientação das Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do do campo (BRASIL, 2002), e as demais ações no âmbito da política pública como foi constatado anteriormente.

Com base em Saviani (2008), a partir do glossário pedagógico elaborado na terceira parte de seu livro *A pedagogia no Brasil: história e teoria*, podemos demonstrar as relações entre a educação do campo e outras pedagogias afins apontando, de um lado, elementos de uma possível síntese das tendências pedagógicas contra-hegemônicas e, de outro, a tentativa de construção de um novo paradigma.

Consideramos que a educação do campo é parte orgânica de algumas pedagogias contra-hegemônicas por carregar em sua origem e desenvolvimento elementos desta totalidade a partir de aproximações teóricas e/ou práticas e, principalmente, por ter sua origem nos movimentos de lutas sociais. Em relação a outras pedagogias, ela mantém relações de influências recíprocas e é uma tática política de ampliação da educação em quantidade e qualidade para a classe trabalhadora.

A educação do campo surge com forte influência do movimento de educação popular, da Teologia da Libertação e das pedagogias da prática, o que pode ser constatado em seus princípios. Esta educação pode ser entendida como uma forma de educação popular, principalmente por estar pautada na educação de massa e de classe, voltada para a transformação social a partir de princípios humanistas.

A educação do campo aproxima-se da educação popular em seus dois sentidos, ou seja, na luta pela escola pública e no movimento de educação popular, que é uma concepção pautada em valores humanos e na transformação social e que compreende a educação como um ato político.

Em relação à pedagogia da prática, com base em Saviani (2008), podemos afirmar que a educação do campo tem em comum um de seus formadores intelectuais, a saber, Miguel Arroyo. Também tem uma inspiração libertária e as duas posicionam-se como uma educação de classe, que partem da prática social e da possibilidade de resolução dos problemas de forma autônoma, prática e solidária. Portanto, a concepção de educação do campo contempla os elementos fundamentais da pedagogia da prática. Nossa crítica a essa perspectiva está na constatação de que, ao tentar solucionar os problemas da prática social, isso ocorre de forma imediatista e pragmática, por uma supervalorização da prática cotidiana sobre a teoria.

Com relação à concepção de educação do campo e a teoria histórico-crítica, nos documentos não se encontra uma relação explícita. Pode-se dizer, inclusive, que há uma omissão das contribuições que esta teoria educacional traz para a educação brasileira. Acreditamos que o aporte da teoria histórico-crítica pode auxiliar na materialização de uma educação dos trabalhadores do campo por ter a prática social como ponto de partida e de chegada, por conside-

**Adriana D'Agostini**

rar fundamental a relação entre a ascensão do saber popular ao saber escolar (conhecimento sistematizado) e na passagem do senso comum para a consciência filosófica e, enfim, por ser uma concepção de educação para a emancipação humana.

Diversos movimentos de lutas sociais do campo lutam pelo fim da propriedade privada da terra e dos demais meios de produção, e da exploração do trabalho a partir da construção de outro projeto histórico, e identifica-se em sua educação a influência da pedagogia socialista.

Sobre a pedagogia socialista, Saviani (2008, p. 201-202) afirma:

As ideias socialistas vicejaram no movimento operário europeu ao longo do século XIX. Também chamadas de “socialismo utópico”, essas ideias propunham a transformação da ordem capitalista burguesa pela via da educação. De acordo com essa concepção, a sociedade poderia ser organizada de forma justa, sem crimes nem pobreza, com todos participando da produção e fruição dos bens segundo suas capacidades e necessidades. Para tanto, era mister erradicar a ignorância, o grande obstáculo para a construção da sociedade. A educação desempenharia, pois, um papel decisivo nesse processo. Seguindo essa orientação, no Brasil os vários partidos operários, partidos socialistas, centros socialistas assumiram a defesa do ensino público, criticavam a inoperância governamental no que se refere à instrução popular e fomentaram o surgimento de escolas operárias e de bibliotecas populares. Mas não chegaram a explicitar mais claramente a concepção pedagógica que deveria orientar os procedimentos de ensino. Deve-se observar que, no contexto do “socialismo científico”, a expressão “pedagogia socialista” é assimilada e por vezes identificada com “pedagogia comunista”.

Identificamos que o MST (um dos movimentos que compõem e formula a educação do campo) utiliza-se do termo pedagogia socialista, assim como Taffarel (1993), não de forma idealista no sentido salvacionista e utópico, mas sim na acepção do socialismo científico, ou seja, como resultado lógico e histórico da luta de classes na sociedade capitalista.

Tanto o MST em seus materiais quanto as produções de pesquisadores como Taffarel (1993), Kuenzer (2002), Frigotto (1999), Freitas (1995), Saviani (2007), entre outros, vêm defendendo uma pedagogia que articule trabalho, educação, produção e auto-organização. Para isso baseiam-se em experiências históricas relevantes, e na fundamentação teórica dos pedagogos e psicólogos soviéticos, e de estudiosos latino-americanos que construíram e sistematiza-



ram suas experiências educacionais. Portanto, há uma sistematização elaborada por Krupskaya, Pistrak, Makarenko, Davidov, Vigotski, Marti, entre outros, que nos indicam elementos pedagógicos e a possibilidade de uma educação emancipadora.

Sob nossa perspectiva há uma interação coerente a ser construída entre educação do campo e a pedagogia socialista a partir do que nos explica Pistrak (2000, p. 8): a pedagogia social é “uma pedagogia centrada na ideia do coletivo e vinculada ao movimento mais amplo de transformação social”. Para esta pedagogia é fundamental a relação entre teoria e prática, o trabalho social e útil na escola, uma organização do ensino em forma de complexos que possibilite a compreensão da história da natureza e da história dos homens para uma apropriação da realidade atual e, através da auto-organização dos estudantes, construir as condições materiais necessárias para a superação dos problemas científicos identificados a partir da prática social. Assim, o que chamamos de currículo será consolidado nessa perspectiva como programas de vida escolar, pois agora a escola não é mais somente o local de repasse de conteúdo, mas é um lugar de produção social e o trabalho está articulado aos objetivos gerais da educação – a produção da humanidade em cada indivíduo de forma que ele possa ser um novo homem.

Para a construção tanto da pedagogia socialista como da educação do campo faz-se necessário a crítica radical à escola atual e à construção de propostas educativas que cumpram especialmente duas funções sociais: a primeira, de internalizar valores e atitudes contrários aos do regime social do capital, e a segunda, de desenvolvimento dos instrumentos de pensamento para a apreensão do conhecimento do mundo objetivo.

Em relação à primeira, de internalização de valores e atitudes, é preciso identificar que os valores mais em voga hoje são o individualismo, o egoísmo, a competição exacerbada, o consumismo fútil, entre outros. Então a pedagogia socialista, assim como a educação do campo, está pautada em valores humanistas como a coletividade, o trabalho coletivo, a socialização da riqueza produzida, a solidariedade de classe e o desenvolvimento máximo das potencialidades de cada indivíduo. A segunda função de uma pedagogia socialista, do desenvolvimento dos instrumentos de pensamento para a apreensão do conhecimento do mundo objetivo, requer um processo especial para a apreensão de um conjunto de conhecimentos historicamente construídos que permitam tal processo, ou seja, o conhecimento científico a partir do materialismo histórico dialético.

Saviani (2008) reconhece que há pedagogias e termos que dizem respeito especificamente à educação desenvolvida no campo. A partir de sua conceituação estabelecemos diferentes relações entre elas.

**Adriana D'Agostini**

Consideramos a relação entre educação do MST e a educação do campo como uma relação de influências recíprocas, que apresentam semelhanças e diferenças que correspondem ao desenvolvimento histórico e à perspectiva de projeto de sociedade apontado por cada uma. As reivindicações e lutas sociais do campo, alavancadas principalmente pelo MST, resultaram em conquistas políticas para a constituição da educação do campo, tendo esta como tática para a formação dos educadores do campo.

Faz-se necessário delimitar uma diferenciação entre educação do campo e educação do MST. A educação do campo está pautada na educação do camponês no sentido de desenvolvimento social e humano do campo e de seus sujeitos. Já a educação do MST é fundamentalmente uma educação de classe, pautada na luta de classes pela especificidade da luta pela terra.

Concordamos com a análise crítica que Vendramini (2008) realiza em sua pesquisa de que a produção sobre educação do campo aponta uma diversidade de perspectivas teórico-metodológicas. Estas produções vão desde a concepção materialista histórica e dialética até análises fundadas em noções pós-modernas de homem e de sociedade. A autora chama a atenção que:

Nos cadernos da articulação nacional por uma educação do campo, aparecem as expressões: educação para o desenvolvimento; educação para o campo na sua generalidade, sem corte de classe; democratização da escola e gestão; presença do lema *aprender a aprender*, fala-se muito em construção do conhecimento e em sujeito, correndo o risco de uma relativização do ensino e da ciência; educação como humanização; pedagogia do movimento como movimento de diversas pedagogias. (VENDRAMINI, 2008, p. 6)

E ainda,

No último caderno "Por uma educação do campo", há um texto de Jesus (2005) intitulado "Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo". Visando uma crítica ao paradigma moderno, propõe aspectos paradigmáticos que ampliam as condições de construção de um projeto de educação emancipatória,<sup>2</sup> centrado: na educação e os seus sujeitos; na educação e o espaço vivido; na temporalidade; na educação como relação entre ciência e saberes; na relação sujeito e objeto. Tais aspectos ou noções se aproximam, a nosso ver, de uma concepção pós-moderna, a qual desencadeia práticas relativistas, subjetivistas, pragmáticas e imediatistas, não conseguindo alcançar os reais problemas da educação e do campo. (VENDRAMINI, 2008, p. 6, nota do original)

Constata-se que as formulações da concepção de educação do campo têm buscado sustentação em categorias como cultura, identidade e diferenças e, em certa medida, negando ou secundarizando a categoria trabalho como fundante do ser social. Obviamente, estas questões referentes à teorização sobre a educação do campo têm implicações diretas tanto no desenvolvimento da teoria pedagógica e educacional quanto na prática, que sem uma apreensão das relações sociais realmente existentes fica refém do praticismo e de ilusões que poderiam ser evitadas.

Saviani (2008) também identifica uma aproximação entre pedagogia do campo e educação dos movimentos sociais, assim como uma afinidade teórica com a educação popular, a pedagogia libertadora e com a pedagogia da prática.

Outra denominação importante é a de pedagogia da terra, que apresenta duas concepções: uma é a de ecopedagogia, com a defesa do cosmo e do universo a partir do desenvolvimento da consciência através das tendências ecológicas e do desenvolvimento sustentável, que tem respaldo teórico em Löwy, Gadotti, entre outros autores; e a segunda, na perspectiva construída pelo MST, que leva em consideração a luta pela terra, a ocupação da terra, a resistência para manter os acampamentos, a vida nos assentamentos, os processos de territorialização, o trabalho na terra. E é nesse sentido que surgem os cursos de graduação em Pedagogia da Terra para garantir a formação de professores do MST e demais movimentos de luta pela terra.

A relação entre educação rural e educação do campo é de uma contradição antagônica (porém aparente em alguns aspectos), pois cada uma está determinada por uma posição de classe inconciliável. A educação rural surge no Brasil desde 1910 e se fortalece principalmente a partir da década de 1950 devido ao êxodo rural, que estava transformando-se em um grave problema social para as cidades. Nesse período foi necessário estabelecer políticas que redirecionassem os camponeses para o meio rural e uma das táticas do Estado para resolver o problema foi a educação rural, principalmente com a criação de escolas normais rurais que estavam ligadas à perspectiva e ao lema “instruir para poder sanear”. Esta concepção se articulava à ideia de desenvolvimento agrário e, de acordo com Paiva (1973, p. 129):

Nesse clima de “ruralismo” educacional fundam-se associações destinadas a favorecer o desenvolvimento da educação rural. Difundem-se as ideias do ruralismo pedagógico mexicano e a metodologia de suas missões rurais; organizam-se cursos de capacitação do magistério rural. [...] Nesse movimento há de tudo: a mobilização em favor das artes populares, o humanismo que se manifesta muitas vezes na preocupação com a difusão cultural, o desejo de elevar a qualidade do ensino e adequar a escola ao meio rural (através do

assessoramento pedagógico aos professores), a assistência a divulgação sanitária. De modo geral, tais missões se distinguem por um caráter marcadamente assistencial e por falta de profundidade em sua ação; tanto aquelas que foram organizadas e influídas pelos renovadores quanto aqueles que partiam de um absoluto empirismo e da improvisação.

A diferença entre educação do campo e a educação rural já está implícita em suas diferentes origens, pois a educação do campo surge no contexto de luta pela terra, que necessita uma educação para além do aprendizado mecânico dos conteúdos isolados e para além das ações empiristas e despolitizadas como foram as desenvolvidas pela pedagogia rural. Podemos dizer que a educação do campo é uma educação voltada aos interesses dos trabalhadores do campo enquanto a educação rural está vinculada ao estado e à burguesia nacional para resolver inicialmente o problema do êxodo rural de forma assistencialista, para conter a mobilização popular por demandas educacionais, entre outras.

Torna-se vital expor que a concepção de educação do campo se diferencia da educação rural na sua forma original, porém na concretização política e na disputa entre movimentos sociais e estado ela se materializa de forma semelhante, ou seja, através de políticas assistencialistas, paternalistas, focais e afirmativas, vinculadas as metas mundiais dos organismos multilaterais de alívio à pobreza com segurança.

A partir da análise realizada foi possível identificar elementos das diversas perspectivas pedagógicas que compõem a concepção de educação do campo. Algumas perspectivas são teoricamente incongruentes como as pedagogias neo conservadoras e a pedagogia rural em relação à educação do campo, tendo em vista a posição dos movimentos de lutas sociais do campo. Já as pedagogias contra-hegemônicas são base e alicerce para uma educação do campo, que busca se construir como uma educação de classe. Outra especificidade é que a educação do campo surge da luta ancorada pelo MST, porém se diferencia da mesma e torna-se cada vez mais eclética e complexa, como foi constatado por Vendramini (2008).

Das relações aqui estabelecidas, as que são diretamente antagônicas e estão em oposição na luta de classes é a da educação do MST com a educação rural e, em termos mais gerais, com as tendências denominadas neoconservadoras.

De acordo com esta análise estamos reforçando a necessidade de uma precisão teórica e política maior para o aperfeiçoamento e para a possibilidade de materialização da educação do campo, pois certo ecletismo identificado na constituição desta concepção educacional é resultado de uma secundarização da teoria, que perpassa toda a educação brasileira e a formação inicial e continuada dos professores. Desse modo, indicamos a necessida-

de de uma consistente base teórica, da clareza do projeto histórico e da práxis coletiva para que a educação do campo realmente se torne uma educação de classe capaz de contribuir para a alteração da matriz tecnológica do campo brasileiro em favor da vida.

### Conclusão

O presente trabalho buscou localizar e analisar a educação do campo no contexto educacional brasileiro da década de 1990 a 2010, devido ao desenvolvimento e à consolidação da educação do campo como política pública e como concepção pedagógica.

Verificamos, nesse estudo, que a educação do campo, dentro do contexto educacional brasileiro, assume uma importância política fundamental, principalmente na década de 1990, como uma contraposição às políticas educacionais neoliberais por estabelecer a partir de seus princípios e concepção um acirramento na disputa de projetos para o campo brasileiro.

Entretanto, sua proposta educacional, que pretende ser uma educação com fins de emancipação humana, vem sendo desenvolvida na sociedade capitalista e, portanto, incorpora as contradições gerais entre trabalho e capital. Por sua vez, essas contradições expressam-se tanto na materialização das políticas públicas que estão em acordo com as orientações dos organismos multilaterais, como no trabalho pedagógico, principalmente através da cisão entre teoria e prática.

Por fim, em relação ao objeto de estudo, consideramos fundamental manter a estratégia de luta pela educação do campo e identificar as dimensões fundamentais da luta política a ser travada a cada momento histórico, tendo como parâmetro o avanço da luta de classes. No âmbito mais específico, é necessário seguir na construção do projeto político e pedagógico da educação do campo na perspectiva da construção de uma educação para a emancipação humana, ou como afirma Mészáros (2005), para uma educação para além do capital.

### Referências

BRASIL, **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002.

CALDART, R. S. Os sujeitos da Educação do Campo. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. Saete (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Coleção Por uma Educação Básica do campo, n. 4. Brasília: UnB, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Adriana D'Agostini

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola produtiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KOLLING, E. J.; Ir. NERY; Molina, Mônica Castagna (Orgs.). **A educação básica e o movimento social do campo**. Coleção Por uma Educação Básica do campo, n. 1. Brasília: UnB, 1999.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LEHER, R. Prefácio. In: Neves, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

MELO, A. A. S. de. **A mundialização da educação**. Alagoas: Edufal, 2004.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, M. C. M. Recuo da Teoria, In: MORAES, M. C. M. de (Org.). **Iluminismo às avessas**: produção do conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**: contribuições à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

STÉDILE, J. P. **Agronegócio**. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional>>. Acesso em: 12 set. 2007.

TAFFAREL, C. N. Z. **A formação do profissional da educação**: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de educação física. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

VENDRAMINI, C. R. **A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico dialético**. Conferência proferida no II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, agosto de 2008.

**A educação do campo na educação brasileira:  
contradições e perspectivas**

**Notas**

<sup>1</sup> Fora da perspectiva de universalidade dos direitos diante da construção de outro projeto histórico, corremos o risco de ficarmos nas políticas focalizadas, ou seja, políticas que promovem uma modernização conservadora.

<sup>2</sup> “A emancipação não é compreendida no sentido marxista de superação da alienação, numa perspectiva revolucionária” (VENDRAMINI, 2008, p. 6 – nota do autor no original).

**Correspondência**

**Adriana D'Agostini** – Rua João Pio Duarte Silva, 864, Bl-B, Edifício Itamaracá, apto. 34. Bairro Córrego Grande, CEP 88037-001, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

*E-mail:* adridago@yahoo.com.br

Recebido em 10 de novembro de 2011

Aprovado em 05 de junho de 2012